

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES – TEORIA E CRÍTICA*

ZACARIAS GAMA

RESUMO

* O presente texto é produto da pesquisa *Avaliação das Instituições Públicas de Ensino Superior: Direções e Interesses Subjacentes*, realizada pelo Grupo de Pesquisa Políticas Públicas, Gestão e Avaliação, do qual participam o doutorando Jorge Oliveira, os mestrandos Paulo Monso Alves, Luiza Chaves e Vanessa Ramos e os bolsistas de graduação Vinicius Calçada e Marcele dos Prazeres. Sua redação, no entanto, é de inteira responsabilidade do autor. Esta pesquisa foi possível graças à Bolsa Proficiência/UERJ.

A teoria de avaliação institucional vem sendo bastante estudada e sua acelerada vulgarização não tem sido acompanhada por análises críticas que captem seu significado. Regra geral é aceita e aplicada sem a apreensão e interpretação dos aspectos e valores difundidos, acabando por embasar políticas públicas de avaliação das instituições de educação superior no Brasil. O presente estudo é um esforço inicial de analisá-la criticamente; para tanto recorreremos ao método da economia política, desenvolvido inicialmente por Karl Marx.

PALAVRAS-CHAVE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL • SINAES • UNIVERSIDADES • CAPITAL SOCIAL.

RESUMEN

La teoría de la evaluación institucional se ha estudiada sin ser acompañada por un análisis crítico para captar su verdadero significado. Es norma general ser aceptada y aplicada sin la aprehensión y la interpretación de los temas y valores que utiliza para fundamentar las políticas públicas de evaluación de las instituciones de educación superior en Brasil. Este estudio es un primer esfuerzo para analizar críticamente en conformidad con el método de la economía política, desarrollado por primera vez por Karl Marx.

PALABRAS CLAVE EVALUACIÓN INSTITUCIONAL • SINAES • UNIVERSIDADES • TEORIA DEL CAPITAL SOCIAL.

ABSTRACT

The theory of institutional evaluation has been studied but not has been accompanied by critical analysis which captures its true meaning. Generally is accepted and applied without the apprehension and interpretation of issues and values which uses as be foundation of public policies evaluation of Higher Education Institutions in Brazil. This study is an initial effort to analyze it critically in conformity with the method of political economy, first developed by Karl Marx.

KEYWORDS INSTITUTIONAL • ASSESSMENT • SINAES • UNIVERSITIES • THEORY OF SOCIAL CAPITAL.

O livro *Avaliação institucional: teorias e experiências*, organizado por Newton C. Balzan e José Dias Sobrinho, lançado em primeira edição pela Cortez Editora, em 1995, reivindica para si o lugar de “importante marco” que reúne “as primeiras reflexões sistemáticas sobre processos concretos de avaliação institucional” (p. 9). Nele, a avaliação, com o qualificativo institucional e nova abrangência, é concebida como um “empreendimento sistemático que busca a compreensão global da Universidade, pelo reconhecimento e pela integração de suas diversas dimensões” (BALZAN, DIAS SOBRINHO, 1995, p. 9). O mesmo livro ainda anuncia “pioneiramente” a avaliação institucional no Brasil como um novo campo de estudo relevante, em especial para a melhoria da qualidade das universidades.

Outras obras seguem esse mesmo caminho, como, por exemplo, a de Valdemar Sguissardi: *Avaliação universitária em questão: reformas do Estado e da educação superior* (1997). O fato é que marcadamente, desde a segunda metade dos anos 1990, a teoria de avaliação institucional vem sendo enriquecida com diversas contribuições.

Porém, não obstante sua pequena existência temporal no Brasil, essa teoria passou a nortear as políticas públicas de avaliação institucional a partir da mesma época, tomando como marco a lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Curioso, no entanto, é a ausência de críticas a ela. Sua acelerada vulgarização não vem sendo acompanhada por análises críticas que captem seu significado; tem sido aceita e aplicada indiscriminadamente como se não houvesse necessidade de apreender e interpretar determinados aspectos e valores difundidos e tampouco de ser problematizada e bem compreendida. As intenções que contêm essa teoria de igual modo não foram ainda trazidas à luz, nem a sua especificidade e a forma histórica de sua existência.

O presente texto toma como objeto tal teoria, abordando textos autorais de Dias Sobrinho para compreender basicamente sua concepção de universidade e de avaliação. Isso, entretanto, não é uma escolha arbitrária; justifica-se pela centralidade que o mesmo adquiriu como um dos principais teóricos, presidente da Comissão Especial de Avaliação (julho de 2004 a julho de 2005) e membro da equipe que elaborou a proposta de avaliação da educação superior.

O objetivo, então, é focalizar criticamente a teoria de avaliação institucional a partir da perspectiva analítica desse autor, desde já admitindo a possibilidade de ser constitutiva de um sistema de intervenção enclausurante da universidade a serviço do Estado de classes e comandada por determinado pressuposto ontológico de viés neoliberal.

UNIVERSIDADE E AVALIAÇÃO

A teoria de avaliação institucional vem se expressando a partir de uma compreensão global da universidade como sistema complexo e do conceito de avaliação que a entende como instrumento de grande força e densidade política para a melhoria de sua qualidade. Para Dias Sobrinho (2000a), a universidade é uma instituição histórica e socialmente construída, cujos movimentos relacionais são formativos e educativos. O caráter pedagógico desses movimentos é inerente à essência dos

processos sociais, sejam eles institucionais ou não. A tais movimentos ele atribui a construção de uma rede de significações, históricas, ambíguas e contraditórias, e de uma “universidade moderna” como instituição unidirecional ou uma totalidade sem contradições. A universidade é um sistema complexo, diz o mesmo autor, e tanto ela como seus atores são produzidos pela malha de relações sociais, institucionais, pedagógicas e científicas. Nesse sentido, é também campo permanente de lutas pelo poder institucional e científico.

A “universidade moderna”, como índice para além das funções utilitárias imediatas, há de desenvolver processos de pesquisa e de formação, bem como deixar de ser uma instituição “endogenamente autônoma e eticamente soberana, distanciada da práxis e das demandas objetivas da sociedade” (DIAS SOBRINHO, 2000a, p. 17). São os conhecimentos que a universidade produzirá com valor político, ideológico e prático, juntamente com os processos de produção e organização de conhecimentos e os processos de ensino-aprendizagem, que conferirão às suas atividades um sentido social e público e inibirão a consciência corporativa. É, portanto, sua atual natureza social que acirra a contradição específica entre a formação geral e humanista *versus* formação profissional e tende a distanciá-la do mundo empresarial com grande descompasso entre o moderno mundo universitário e o mundo das empresas; daí ser recomendável à universidade preparar-se para formar mão-de-obra qualificada e resolver problemas sociais e econômicos prementes. Há, todavia, de se tomar cuidados para não desenvolver a hegemonia da sua função credencialista, porque a mesma abafa “sua capacidade de criação de inovação e de crítica”, em particular em um contexto de não-aceitação de sua pluralidade, diversidade e de uma nova ética na “comunidade comunicativa” universitária.

Essa contradição específica apontada pelo autor é uma chave importante para que se possa compreender sua teorização, uma vez que resulta de um movimento real no interior da universidade e, claro, por ser qualitativa, somente se resolve por métodos qualitativos. Para o autor, a universidade não pode, então, “recusar-se em nome de uma equivocada defesa de uma falsa autonomia” ao enfrentamento das demandas advindas da “sociedade, em geral, e dos seus segmentos, em particular”;

ela tem o “imperativo irrecusável de contribuir, a seu modo, para o desenvolvimento e a qualidade de vida do conjunto social” (DIAS SOBRINHO, 2000a, p. 29). Para tanto, ele propõe que de imediato a universidade adote métodos qualitativos para repensar sua relação com a sociedade, sua autonomia, seus processos de institucionalização, a questão pedagógica e sua própria avaliação.

As relações universidade e sociedade, nessa perspectiva, se dão entre a instituição social e a totalidade social e resultam numa “teia de articulação”, com a salvaguarda das características de ambas, contanto que a universidade preserve sua diversidade, vida institucional e abertura ao mundo social e econômico em coerência com seu “sentido programático razoavelmente articulado”. Segundo a análise de Dias Sobrinho, isso deve ocorrer à medida que “as políticas acadêmicas e científicas sejam claramente discutidas” e articuladas em um plano de desenvolvimento institucional (DIAS SOBRINHO, 2000a, p. 30). É ideal que os diversos grupos de docentes e pesquisadores se subsumam aos interesses coletivos institucionalizados, porque somente assim eles “inscrevem-se num horizonte mais amplo, no qual o que realmente importa são as grandes questões da vida contemporânea e a construção de alternativas para o futuro” (DIAS SOBRINHO, 2000a, p. 30). Com efeito, dialeticamente, a comunidade universitária passa a interferir de forma responsável na realidade, ao mesmo tempo em que promove adequações nas suas rotinas acadêmicas, nas práticas de ensino e aprendizagem, nos currículos, programas e concepções de educação.

A autonomia da universidade, como indica esse autor em conformidade com a Constituição de 1988 e com a Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996), está, no entanto, longe de se ligar à negação de qualquer limite, vínculo e sujeição como etimologicamente sugere o termo. Essa acepção é eminentemente legalista e, por um lado, admite a autonomia como condição para a universidade tão somente “estabelecer suas prioridades e as diretrizes de sua política científica e pedagógica, bem como os mecanismos para realizá-la” (DIAS SOBRINHO, 2000a, p. 31) e, por outro, acolhe-a como critério de autoavaliação crítica, responsável e séria para a universidade se manter adequada aos seus fins. Sem tal autonomia, admite o autor, a universidade

deixa de construir uma imagem unitária de si e da sociedade e somente oferece à sociedade “respostas fragmentadas e imediatistas”. O que subjaz a ambas as mediações do conceito de autonomia é a premência de uma nova gestão da universidade, na qual as ações para o desenvolvimento institucional fazem convergir as políticas e os projetos específicos de grupos de pesquisas ou de pesquisadores isolados a um plano geral com o objetivo de superar a contradição entre as necessidades de formação geral e humanista, formação profissional e de atendimento às demandas sociais e econômicas.

Nos limites de sua autonomia, a “universidade moderna” deve ainda rever sua vida institucional para reorganizar as relações sociais e de trabalho. Para Dias Sobrinho (2000a, p. 31), a convergência da perspectiva de conjunto depende de “delineamentos jurídico-normativos para organizar e promover” sua vida institucional sem deixar de abranger todas as suas dimensões. Participação, confiança e solidariedade tornam-se, então, valores iniludíveis nesse novo reordenamento, assim como o exercício da democracia em todas as instâncias de deliberações e execuções para a construção de uma universidade unitária e orgânica.

A “universidade moderna”, por conseguinte, deve rever não apenas suas relações com a sociedade, mas também sua própria institucionalidade. Todo trabalho em seu interior tem dimensão formativa, isto é, pedagógica e, por essa razão, demanda urgente revisão dos seus currículos, perfis profissionais, métodos, técnicas, procedimentos e conteúdos para torná-los mais adequados ao momento histórico em que vivemos, caracterizado pela “multiplicidade de demandas e pautas da sociedade contemporânea” e pela obsoletização e diversificação dos conhecimentos numa velocidade jamais imaginada antes. Todos os membros da “comunidade universitária” “devem ser concernidos pela dimensão pedagógica das atividades e das relações que se desenvolvem numa instituição educativa” (DIAS SOBRINHO, 2000a, p. 33).

A avaliação contínua, global e formativa, nesse processo, instaura-se “como instrumento da melhoria da qualidade de todos os aspectos e setores científicos, pedagógicos, políticos e administrativos” (DIAS SOBRINHO, 2000a, p. 34). Na prática, sua realização se traduz em um processo de coleta de dados relevantes, a partir

dos quais serão possíveis julgamentos de valor, posicionamentos políticos e tomadas de decisão com vistas a ajustar a finalidade social “de seu trabalho sistemático e das relações que tecem o seu conjunto”. É a partir da avaliação que são adensadas as relações sociais e pedagógicas no interior da universidade.

Na perspectiva de Dias Sobrinho (2000b), a avaliação institucional afirma o sistema de valores dominante na instituição quando define os papéis e compromissos dos indivíduos nas suas relações. Assim, o autor a compreende como “produção social, autônoma e pública” resultante de um processo participativo e democrático, no qual todos se sentem “agentes de um movimento de atualização e tonificação das prioridades científico-tecnológicas e pedagógicas”. Não por acaso, sua tese mais explícita em outra obra incide, com veemência, contra as funções avaliativas meramente fiscalizadoras e punitivas, levando-o a defender a avaliação “como mecanismo de compreensão da função pública da educação e construção de melhora de sua qualidade” (DIAS SOBRINHO, 2000b, p. 16).

Está implícito em sua tese que a avaliação da instituição é forte instrumento a serviço de sua atualização e desenvolvimento, em um contexto de tensas relações econômicas e sociais entre a universidade, o Estado e a sociedade de mercado (DIAS SOBRINHO, 2000b, p. 8). Ele admite haver um cenário propício a novos questionamentos acerca da produtividade e eficiência das universidades. O próprio Banco Mundial, como informa o autor, interessa-se pela avaliação das universidades no sentido de ajustá-las a novos níveis de eficiência, com mais competitividade e com menores custos para o Estado. Mas, ao contrário do que o Banco Mundial propõe como modelo de avaliação – profundamente inspirado pelo referencial teórico da psicometria e econometria –, Dias Sobrinho não apenas insurge-se contra, mas ainda chama-o de “duro” por estar frequentemente associado à tecnologia e aos métodos experimentais e estatísticos. Sua atitude é de crítica e desprezo pelas propostas de avaliação que resultam em mecanismos poderosos de monitoramento. Ele é firme em favor de uma avaliação que se constitua como “balanço complexo, em que intervêm os recursos da análise, mas, também, os valores pedagógicos e educativos, o sentido proativo, o envolvimento democrático da comunidade” (DIAS SOBRINHO, 2000a, p. 96).

Em sua aparência mais externa, é fato que sua proposta apresenta-se mais avançada em relação àquelas procedentes de agências internacionais, por considerar a universidade uma instituição complexa, cambiante e heterogênea, com culturas plurais, valores produzidos coletivamente, situações educativas constituintes de sistemas abertos de intercâmbios e processos de comunicação, cujos “significados são históricos e construídos intersubjetivamente”. Daí é que propõe a avaliação institucional referenciada ao critério de “verdade social”, com algumas categorias que ele considera características e condições indispensáveis: globalidade, integração, participação e negociação, contextualização, formatividade, operacionalidade e estruturação, voluntarismo, legitimidade, permanência e adaptação a cada instituição.

Mais adiante essas categorias serão retomadas. Por ora, é importante considerar a especificidade da proposta de avaliação formulada por Dias Sobrinho que sopesa como “duras” as propostas formuladas nos marcos da globalização em bases neoliberais e, de certa forma, pretende superá-las. O objetivo aqui é então examiná-la para além dos limites específicos da teoria avaliacional e apreender seu princípio específico estruturante. Nenhuma avaliação é neutra e, por essa razão, tem sentido ser examinada como uma lógica a ser aplicada, especialmente neste momento de crise do neoliberalismo.

AValiação INSTITUCIONAL E SISTEMA DE INTERVENÇÃO ENCLAUSURANTE

A teoria de avaliação institucional central neste trabalho e materializada na lei que institui o Sinaes, ao contrário das afirmações de Dias Sobrinho, não se descola do contemporâneo desenvolvimento da noção de avaliações sistêmicas, como afirmam Bonniol e Vial (2001). Nestas noções, o sistema é uma organização construída paulatinamente “por meio do jogo das regulações e das autorregulações” (BONNIOL, VIAL, 2001, p. 240) e é bem mais aberto na medida em que prioriza as interrelações e o conjunto das interinfluências entre os seus componentes. Esses autores franceses informam também que, em tal noção, a funcionalidade do sistema de avaliação “depende da qualidade

destas relações, e não da natureza dos elementos do sistema” (BONNIOL, VIAL, 2001, p. 241).

Cardinet (1986), citado por Bonniol e Vial (2001), ressalta o desejo racionalizador do enfoque sistêmico, bem como sua matriz interacionista advinda da psicologia social. Aliás, é essa matriz que também leva Dias Sobrinho (2000a, 2000b) a considerar a universidade uma “comunidade comunicativa”, na qual os docentes, discentes e demais funcionários interagem subjetivamente e “tecem redes intrincadas de significações” (2000a, p. 19). Cada um no processo comunicativo tem necessidade de compreender a posição íntima do outro e de assimilar suas representações como condição para a realização do contrato pedagógico. Cardinet (apud BONNIOL, VIAL, 2001, p. 242), com boa dose de ceticismo, adverte para o pouco realismo das avaliações sistêmicas, aceitando que “as interações sociais são relativamente imprevisíveis” e que as negociações necessárias são sempre flutuantes.

O posicionamento de Cardinet soa como um alarme estridente e coloca o imperativo de examinarmos o estatuto ontológico da representação de sistema presente na elaboração teórica de Dias Sobrinho, a mesma que se materializa no Sinaes.

Aprofundando na teoria avaliacional tal qual foi compreendida por Dias Sobrinho, é perceptível o seu afastamento das epistemologias que atribuem à universidade o caráter de ser imutável. É interessante que, em sua elaboração, ele deixa de admitir a “completude” ou a “inalterabilidade” atribuída a um sistema decorrente de algum fundamento transcendental, *a priori*. Nela, o sistema é sempre resultado concreto de mediações e relações pessoais e interpessoais, com integral respeito pela história; sem ser hermético às contradições é ainda múltiplo e está em permanente transformação. Desprovido de antinomias dialéticas irresolúveis entre sistema e relação, a relação íntima e/ou interpessoal é tomada como indispensável. Nele a subjetividade, pelo menos idealmente, se constrói e se dissolve permanentemente; o sistema é, pois, deveniente.

Na obra de Marx, as antinomias dialeticamente irresolúveis entre sistema e relação não subexistem. Barata-Moura (1997, p. 42) assinala, inclusive, que no pensamento de Marx “é, precisamente, a unidade material do real, no processo de devir contraditório em que consiste, é o que coloca na raiz

da historicidade [...] a constitutiva mediação materialmente dialética” do sistema. Sistema e relação formam uma unidade dialética; aliás, não há sistema sem relações e tampouco estas fora dos horizontes do sistema.

Não obstante qualquer possível aproximação com o pensamento de Marx, a elaboração de Dias Sobrinho sobre a categoria globalidade tem outra matriz epistemológica e, por essa razão, somente em sua exterioridade mais aparente pode ser tomada como sinônimo de totalidade concreta tal qual a acepção de Marx. Sua visão de globalidade é tomada como um princípio heurístico, isto é, como “uma reconstrução da articulação, da integração, do interrelacionamento das partes”; que permite “constatar as congruências e incongruências do sistema, os desajustes, defasagens e faltas de coordenação” (DIAS SOBRINHO, 2000b, p. 104).

Enquanto em Marx (apud BARATA MOURA, 1997, p. 44), “o sistema não dispensa, antes supõe, na sua determinação historicamente particular, o jogo contraditório de múltiplas relações”, a ideia central presente no enfoque analítico de Dias Sobrinho é que o sistema tenha as suas contradições superadas, assim como as lutas permanentes que se dão dialeticamente em seu interior. O processo avaliativo em toda a sua operacionalidade objetiva a globalidade sem contradições. Nesse sentido, a avaliação institucional em nível teórico e prático é pensada de modo a apresentar-se apenas dissimuladamente como democrática e participativa, capaz de criar redes interpessoais de solidariedade, compromisso e de construção voluntária de uma “universidade moderna” sempre referenciada a critérios de “verdade social”.

Todo o pressuposto ontológico dessa teoria converge para uma contradição, porquanto situa os docentes e funcionários técnico-administrativos dentro de seus limites: não importa que tenham conhecimento exaustivo do sistema-aberto-universidade na sua conexão total, porque como homens nunca poderão resolver completamente a complexidade sistêmica, quer por sua própria natureza humana, quer pela do sistema do mundo. As alternativas teóricas e práticas na perspectiva das análises de Dias Sobrinho acabam por servir a intentos metódicos e também ideológicos de regulação e autorregulação, arrogando para si a sobrevalorização da avaliação, das

suas dimensões e categorias, nomeadamente no que diz respeito ao seu poder determinante, ao seu alcance na transformação prática da gestão institucional e, sobretudo, no que implica apagamento do indivíduo e da sua subjetividade ao subsumi-lo aos cânones essenciais do Plano de Desenvolvimento institucional.

APAGAMENTO DO INDIVÍDUO E DA SUA SUBJETIVIDADE

A compreensão da teoria de avaliação institucional tal qual a desenvolve Dias Sobrinho, em uma primeira aproximação, inscreve-se no modelo não dialético de recíproca exclusão. Nesse modelo, o indivíduo é tido como inconsistente e frágil em seus propósitos particulares e evanescentes; ele é capaz de instaurar a dominação caótica do aleatório. A histórica alocação de indivíduos isolados, egoístas, remetidos a si mesmos na universidade apenas cria alguns vínculos institucionais entre eles, pouco ou nada mais que isso. Dessa percepção é que se desenvolve a necessidade de superar as diferenças e oposições entre indivíduo e coletivo.

A universidade como “comunidade comunicativa” nos moldes em que ele a compreende é coletiva, lugar e resultado da comunicação. Desse lugar, entretanto, não exclui o protagonismo dos comportamentos individuais. O coletivo que se constrói precisa alimentar-se da afluência dos indivíduos, da participação e empenho, dos seus trabalhos. Não há, pois, qualquer renúncia à individualidade em termos teóricos, práticos ou afetivos; a recepção, a elaboração, a participação, etc. encontram-se envolvidas e atravessadas pela dimensão afetiva. O coletivo surge como algo novo, mais concreto e mais rico, para além da simples soma dos elementos singulares envolvidos.

A crítica de Dias Sobrinho à atomização dos indivíduos na universidade desconsidera, no entanto, a individualização como um processo que se realiza e se consoma no e pelo viver deveniente num sistema relacional determinado de sociabilidade. Sua crítica, de fato, deixa de examinar as relações e condições em que os indivíduos – os professores, por exemplo – se constituem como agentes e interventores na história da própria universidade,

assim como as profundas repercussões das reformas gerenciais efetuadas a partir dos anos 1980 sobre a organização do trabalho docente. Não lhe faltariam estudos para aprofundar sua compreensão. Pesquisadores do Grupo de Trabalho Política de Educação Superior, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) vêm desde 1996 trabalhando e refletindo sobre a temática, bem como organizando o banco de dados *Universitas/BR*, que acumula documentos sobre a educação superior no Brasil, produzidos a partir de 1968.¹

¹ Há seis coletâneas editadas pelo Projeto Integrado *Universitas/BR* que analisam a produção docente acerca da temática "Políticas, avaliação e trabalho docente". A mais recente, publicada em 2004, apresenta-se organizada em quatro partes: "Educação Superior: Reforma do Estado e Política para o Setor"; "Políticas Científicas e Práticas de Pesquisa"; "Avaliação, Gestão e Financiamento na Educação Superior: Análises e Perspectivas"; e "Formação e Trabalho Docente". Ver Mancebo e Fávero (2004).

Mancebo (2004), uma das integrantes desse grupo de pesquisadores, informa que as reformas efetuadas a partir dos anos 1980, baseadas nos princípios de eficiência, racionalização e produtividade, têm efeitos drásticos não apenas sobre as leituras e resultados de pesquisas, tornando-os superficiais e superáveis a curto prazo, mas também sobre os tempos de convivência e trocas de experiências entre pares, imprescindíveis à criação coletiva.

Outras integrantes do mesmo grupo – Chaves, Medeiros e Vasconcelos (2004) – observam que as alterações das práticas acadêmicas e do trabalho na universidade resultam de mecanismos internos de privatização que atingem a materialidade e a subjetividade de ambos. Mais ainda: que a regulamentação da prestação de serviços e a corrida pelo financiamento externo, acirradas nos dois períodos de governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1999; 1999-2003), tanto geraram processos de atomização de pesquisadores e grupos de pesquisa, como tiveram importantes reflexos sobre as linhas de pesquisa, objetos de investigação, conteúdos de cursos, objetivos de assessorias, práticas extensionistas e outros elementos do trabalho acadêmico.

Dias Sobrinho, ao desconsiderar a sociabilidade e a racionalidade como estruturais e estruturantes, tem obliterada a sua análise — a de examinar a individualização como produto histórico e que de modo algum ocorre com passividade, a despeito do que pretendem as reformas de natureza neoliberais, mediadas pelo neoinstitucionalismo sociológico. A individualização que ocorre na universidade é condicionada e as relações efetivas, entre elas as econômicas, são em última instância as que são decisivas. É isso o que nos permite afiançar que sua pretensão teórica em favor de uma "universidade moderna", a

despeito de suas críticas ao Consenso de Washington, sobretudo o FMI e o Banco Mundial (DIAS SOBRINHO, 2000a, p. 16), converge para a satisfação dos interesses do capital e expansão de sua base de dominação. A subsunção dos indivíduos ao coletivo, a partir da mediação feita pelos dispositivos avaliativos referenciados à “verdade social”, corresponde a uma modalidade específica de organização do fator subjetivo, que atualmente encontra-se mediada pelos fundamentos do Estado Gerencial, neoinstitucionalismo sociológico e novo desenvolvimentismo: todos a serviço da maior realização do capital.

Chama, porém, a atenção o desvio teórico que situa o autor na contramão das políticas “descoletivizantes”, bem ao gosto dos liberais-conservadores e conservadores-liberais “que procuram impor, num quadro generalizado de crescente desemprego maciço e de inovação científico-tecnológico, soluções econômicas, sociais e políticas de envelhecido recorte conservador” (BARATA MOURA, 1997, p. 329). Dias Sobrinho não propõe o desmantelamento de todos os coletivos em favor da individualização das relações de trabalho, do aumento de pressão sobre os docentes e das maiores taxas de sobretrabalho. Muito pelo contrário: a avaliação que ele propõe “é uma obra de relações, construção coletiva” (DIAS SOBRINHO, 2000a, p. 37).

Da avaliação eficientista à recapacitação da universidade para que ajude a si mesma e aos outros, Dias Sobrinho, na introdução ao livro *Avaliação da educação superior* (2000b), expõe suas motivações para escrevê-lo com contundentes críticas ao neoliberalismo e à avaliação institucional fundada no eficientismo.

Ao situar a avaliação no “quadro histórico em que ela emerge”, o autor pinta-o com “engenho e arte” e usa tintas fortes para marcar sua insatisfação em face dos graves paradoxos típicos desse “cruzamento de final de século e véspera de um novo milênio”. Dias Sobrinho enfatiza que, a despeito do espetacular progresso, a miséria, a falta de escrúpulo e a falta de sentido ético do liberalismo capitalista protagonizam “a atual onda de revolução industrial e tecnológica”. O neoliberalismo e a globalização configuram uma “nova desordem mundial”, na qual o mercado tem vantagens como regente da sociedade, favorecendo “descaradamente os países, as corporações e os indivíduos ricos, quando não agentes do crime, aprofundando ainda mais a já muito grave desigualdade de direitos” (DIAS SOBRINHO, 2000b, p. 10).

Nesse mesmo cenário, Dias Sobrinho afirma que o horizonte da equidade social está cada vez mais distante e ainda se revela como falaciosa a vinculação entre “educação per se não garante empregos nem consegue criar novas ocupações compatíveis com as demandas” (DIAS SOBRINHO, 2000b, p. 12). Com base em Basil Bernstein (1996), indica ser essa vinculação “mais ideológica do que real em seus efeitos, especialmente para os grupos minoritários” (DIAS SOBRINHO, 2000b, p. 12). O mercado de trabalho, afirma, não precisa “homogeneamente de tantos novos formandos todos os anos” (DIAS SOBRINHO, 2000b, p. 12), considerando, inclusive, que a mais alta formação deixou de ser garantia de emprego até nos países mais industrializados. Na América Latina e no Brasil, em particular, apesar da expansão das matrículas nas instituições de educação superior, os resultados econômicos são pífios e é substancial a perda de competitividade em relação ao resto do mundo. Assim, conforme seu raciocínio, só a ampliação da cobertura não basta; é preciso aumentar a qualidade educacional e, nomeadamente, a equidade social.

As críticas que Dias Sobrinho apresenta ao neoliberalismo, se tomadas com imprudência, podem levar a conclusões equivocadas, como, por exemplo, a de que é proposta uma ruptura ontológica com o mesmo. Mas, quando são examinados outros autores com clara índole conservadora, é possível constatar que igualmente criticam o neoliberalismo sem, no entanto, propor quaisquer saltos. Mantém-se assim a esfera ontológica anterior com as mesmas categorias, legalidade e relações sociais.

Kliksberg (2002), ex-assessor da ONU, BID, OIT, OEA, OPS e de outros organismos internacionais, é um desses autores. Para ele, o imenso potencial produtivo da sociedade capitalista, estruturada em bases neoliberais, não se traduz em melhorias das condições de vida para amplos setores do planeta; há brechas entre esse potencial e a vida cotidiana, bem como níveis de participação e situação de exclusão social que resultam em cidadania social degradada e impossibilidades de participação orgânica. Esse autor considera ser grande o aumento do número de pobres, do desemprego e de degradação da qualidade dos empregos disponíveis e da discriminação de mulheres e crianças nas economias capitalistas, apresentando como

corolário o agravamento de fortes tensões sociais em processo de acumulação em todas as áreas, o que se constitui em espaço favorável para processos de enfraquecimento do tecido social com desintegração da família e crescimento da criminalidade.

Ontologicamente Kliksberg e Dias Sobrinho, apesar de criticarem, não renegam o neoliberalismo e tampouco reivindicam rupturas à sua continuidade de desenvolvimento. Kliksberg (2002), por exemplo, alinhado com outros neoliberais como Putnam (1994) e Fukuyama (1999), ao se posicionar contra o “modelo do derrame” segundo o qual os benefícios do crescimento chegariam aos setores desfavorecidos, defende a revalorização do capital humano e do capital social e a retomada das relações entre iniquidade e crescimento. Com base em Sen (1996), ele assume o desenvolvimento como um processo amigável, centrado em ajudar os outros e a si, bem como em novas formas de gerenciamento dos serviços públicos para que possam conferir às pessoas mais capacidade para se ajudar a si mesmas e a outros. Daí é que advém o imperativo de se redesenharem o Estado, suas estruturas organizacionais e formas de gestão, com a adoção de técnicas modernizantes com o objetivo de facilitar e promover o desenvolvimento social.

Os intentos de Kliksberg e Dias Sobrinho convergem exatamente para esse ponto da nova “teoria” do capital social. É nele que a avaliação institucional constitui-se, então, como poderoso instrumento de intervenção na gestão da universidade que, em bases igualmente amigáveis, deve evoluir de modo a se recapacitar para que ajude a si mesma e aos outros. Nesse ponto, os propósitos de ambos, por mais críticos que sejam, também se aproximam dos indicativos do Banco Mundial e do BID contidos nas respectivas edições: *Participation sourcebook* (1996) e *Libro de consulta sobre participación* (1997). Nessas publicações, a promoção do envolvimento da comunidade em processos de reforma das instituições deve resultar na identificação precisa das necessidades prioritárias, na criação de fluxo de informações úteis, na aplicação de ideias inovadoras criadas pela comunidade e na avaliação contínua, processos que contribuiriam preventivamente para atenuar ou neutralizar as possibilidades de corrupção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A teoria de avaliação institucional, seja em termos amplos, seja na concepção particular de Dias Sobrinho, teleologicamente é o projeto de uma forma ideal de avaliar a universidade. Ela, entretanto, ao ser apropriada por outros interesses, presta-se para subordinar a gestão das universidades às demandas da expansão do capital, desta vez incorporando o capital humano e o social às demais formas preexistentes, e deixa de ter existência fora das relações sociais capitalistas.

Desse modo, a despeito das críticas ao neoliberalismo, revela-se ainda assim como um projeto conservador, porquanto se objetiva e se exterioriza nos limites do modo de produção capitalista, embora usando determinados apelos com força para dissimular seu conservantismo. Seu momento predominante, de fato, não indica ou permite qualquer alusão a rupturas com as relações sociais e econômicas hegemônicas; antes de propor qualquer negação, ele apela agora para novas formas de organização do trabalho acadêmico, desta vez fundadas em relações de confiança, solidariedade, participação e democracia.

Em síntese, a objetivação e a exteriorização tal qual faz Dias Sobrinho, de modo consciente ou não, permitem que seja objetivado um sistema de avaliação institucional que não só engessa a universidade, aqui compreendida como um sistema aberto e, portanto, dialético, como também subordina a subjetividade dos indivíduos ao coletivo, projetando assim uma modalidade específica de organização do fator subjetivo em conformidade com o neoinstitucionalismo atual e com as necessidades do Estado gerencial e do novo desenvolvimentismo.

Os nexos causais, isto é, as relações entre as condutas e os processos avaliativos e os efeitos que deverão advir da ideação dessa “universidade moderna” são, porém, impossíveis de serem conhecidos imediatamente; alguns estão em fase de implementação com todas as tensões características dos processos dialéticos de desenvolvimento, outros já estão sendo alterados com profundidade, em consequência de novas condutas políticas assumidas a partir de 2005 pelo próprio Ministério da Educação. A inflexão que impõe à avaliação institucional será, entretanto, objeto de análise em um futuro texto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALZAN, N. C.; DIAS SOBRINHO, J. (Org.). *Avaliação institucional: teoria e experiência*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. *Libro de consulta sobre participación*. Washington, 1997.

BANCO MUNDIAL. *Participation sourcebook*. Washington, 1996.

BARATA-MOURA, J. *Materialismo e subjectividade: estudos em torno de Marx*. Lisboa: Editorial Avante, 1997.

BERNSTEIN, B. *A estruturação do discurso pedagógico: classe, códigos e controle*. Petrópolis: Vozes, 1996.

BONNIOL, J-J.; VIAL, M. *Modelos de avaliação*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

BRASIL. *Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional – Lei n. 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996.

CARDINET, J. *Les modèles de l'évaluation scolaire*. Neuchâtel: IRDP, 1986.

CHAVES, V. L. J.; MEDEIROS, L. G. M.; VASCONCELOS, H. C. *A política de financiamento da educação superior. O debate atual no periódico Universidade e Sociedade*. In: MANCEBO, D.; FÁVERO, M. L. A. *Universidade – políticas, avaliação e trabalho docente*. São Paulo: Cortez, 2004. p. 211-231.

DIAS SOBRINHO, J. *Universidade: processos de socialização e processos pedagógicos*. In: BALZAN, N. C.; DIAS SOBRINHO, J. *Avaliação institucional: teorias e experiências*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000a.

_____. *Avaliação da educação superior*. Petrópolis: Vozes, 2000b.

FUKUYAMA, F. *Social capital and civil society*. Prepared for delivery at the IMF Conference on Second Generation Reforms. FMI, 1999. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/seminar/1999/reforms/fukuyama.html>>. Acesso em: fev. 2009.

KLIKSBERG, B. *Capital social e cultura: as chaves esquecidas do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Preal, 2002.

MANCEBO, D. *Uma análise da produção escrita sobre o trabalho docente em tempos de globalização*. In: MANCEBO, D.; FÁVERO, M. L. A. *Universidade – políticas, avaliação e trabalho docente*. São Paulo: Cortez, 2004. p. 235-250.

MANCEBO, D.; FÁVERO, M. L. A. *Universidade – políticas, avaliação e trabalho docente*. São Paulo: Cortez, 2004.

PUTNAM, R. D. *Para hacer que la democracia funcione*. Caracas, Venezuela: Galac, 1994.

SEN, A. *Development thinking at the beginning of the 21st century*. In: BID. *Development thinking and practice conference*. Washington, setembro 1996.

SGUISSARDI, V. (Org.). *Avaliação universitária em questão: reformas do Estado e da educação superior*. Campinas: Autores Associados, 1997.

ZACARIAS GAMA

Professor adjunto da Faculdade de Educação
da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) –
Departamento de Políticas Públicas, Avaliação e Gestão
(Depag) e Programa de Políticas Públicas e Formação Humana
(PPFH). Coordenador do Grupo de Pesquisa/CNPq Políticas
Públicas, Gestão e Avaliação e membro do Grupo Integrado
UFF, UERJ e Fiocruz e do Grupo de Pesquisa/CNPq Trabalho,
Políticas Públicas e Formação Humana.
zacarias.gama@yahoo.com.br

Recebido em: JANEIRO 2012

Aprovado para publicação em: MAIO 2012